



Reitoria



Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Recredenciada pelo Decreto Estadual
Nº 16.825, de 04.07.2016

PONTOS REFERENTES AO CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR – EDITAL 044/2024.

DEPARTAMENTO: DEPARTAMENTO DE SAÚDE II

DISCIPLINA: ENFERMAGEM EM ATENÇÃO À SAÚDE DA MULHER

NATUREZA DA PROVA DIDÁTICA: TEÓRICA

PONTOS PARA AS PROVAS ESCRITA E DIDÁTICA

1. Papel do/a Enfermeiro/a na assistência ao pré natal de risco habitual e, as estratégias utilizadas na estratificação de risco;
2. Evolução da Política de Atenção à Saúde da Mulher no Brasil, e o papel do/a Enfermeiro/a no cenário atual;
3. Assistência do/a Enfermeiro/a na atenção à saúde sexual e reprodutiva na perspectiva de gênero, com ênfase na declaração dos direitos humanos;
4. A medicalização no campo obstétrico e a assistência do/a Enfermeiro/a, frente as complicações gravídico-puerperais;
5. Assistência do/a Enfermeiro/a, frente a situação da sífilis gestacional na Bahia e Brasil e, suas implicações;
6. Violência Obstétrica no Brasil e o Papel do/a Enfermeiro/a, diante da invisibilidade dos direitos da mulher no trabalho de parto, parto e pós-parto, com ênfase na legislação brasileira;
7. Assistência do/a Enfermeiro/a à mulher, frente as variações anatômicas da pelve e, na relação do feto, com a estática fetal durante a gravidez e parto;
8. As dimensões pélvicas e o papel do/a Enfermeiro/a, frente as implicações na gravidez, trabalho de parto e parto;
9. O câncer do colo de útero e de mama, na população brasileira e o papel do/a Enfermeiro/a frente a prevenção e, a promoção da saúde nas esferas municipal, estadual e federal;



Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Recredenciada pelo Decreto Estadual

Nº 16.825, de 04.07.2016

10. Atribuição do/a Enfermeiro/a à mulher em situação de vulnerabilidade social, e a sua relação com a esfera pública governamental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis. Brasília, 2020;

BRASIL. Ministério da Saúde Secretaria de Atenção Primária à Saúde Departamento de Ações Programáticas. Estratégicas Coordenação-Geral de Ciclos da Vida Coordenação de Saúde das Mulheres. COSMU/CGCIVI/DAPES/SAPS/MS. Nota técnica nº 13/2020;

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes para a organização da atenção integral e humanizada à mulher e ao recém-nascido no Alojamento Conjunto. Portaria Nº 2.068, de 21 de outubro de 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Cadernos de Atenção Básica, nº 32. Brasília, 2012.

BRASIL, Ministério da Saúde. Controle dos cânceres do colo do útero e da mama. Cadernos de Atenção Básica, nº 13. Série A. 2ª ed. Normas e Manuais Técnicos. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres / Ministério da Saúde, Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa. Brasília, 2016.

DINIZ, Simone G. et al. Abuse and disrespect in childbirth care as a public health issue in Brazil: origins, definitions, impacts on maternal health, and proposals for its prevention. J. Hum. Growth Dev. [online]. 2015, vol.25, n.3, pp. 377-384. ISSN 0104- 1282. <http://dx.doi.org/10.7322/jhgd.106080>

Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Enfermagem Anna Nery. A Violência obstétrica e sua repercussão à vida da mulher e família. Rio de Janeiro, 2021.

ARRUDA, L. A. G. de. A violência obstétrica na hora do parto à luz da constituição. Conteúdo Jurídico, Brasília, 2019;



Reitoria



Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Recredenciada pelo Decreto Estadual

Nº 16.825, de 04.07.2016

AZEVEDO Teixeira, L.; CINTRA SOARES, L.; PERIUS de Brito, V.; et al. A violência obstétrica como violação do direito à saúde da mulher: uma revisão narrativa. Revista de atenção à saúde, São Paulo, v. 18, n. 65, 2020;

JARDIM, D.M.B; MODENA, C.M. A violência obstétrica no cotidiano assistencial e suas Características. Rev. Latino-am. Enfermagem, São Paulo, v. 26, E. 3069, 2018.

PAES, Fabiana Dal'mas Rocha. Violência obstétrica, políticas públicas e a legislação brasileira. Website conjur, São Paulo, 2018;

BUZAID, Antonio C; MALUF, Fernando C. GAGLIATO, Débora de M. Vencer o câncer de mama. 3. ed. São Paulo: Editora Manole, 2022.298p.;

MELO, Andreia C. de; GUITMANN, Gustavo. Ginecologia Oncologia Câncer do Colo do Útero. Editora Atheneu. 2021;

BRASIL, Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer. 2. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: INCA, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis. Brasília, 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Manual Técnico para o diagnóstico da sífilis. Brasília, 2021;

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Profilaxia .Pré-Exposição (PrEP) de Risco à Infecção pelo HIV. Brasília, 2022;

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Manual de acolhimento e classificação de risco em obstetrícia. Brasília, 2014;

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Gestação de alto risco: manual. 5ª ed. – Brasília, 2012;



Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Recredenciada pelo Decreto Estadual

Nº 16.825, de 04.07.2016

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Cadernos de Atenção Básica, nº 32. Brasília, 2012;

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Manual dos comitês de mortalidade materna. 3ª ed. Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2009;

SANTOS, Victória C. et al. Fatores associados à mortalidade materna por descolamento prematuro da placenta na gestação. Rev. Eletrônica Acervo Saúde, 2023, 23(12) 1-10;

BRASIL. Ministério da Saúde Secretaria de Atenção Primária à Saúde Departamento de Ações Programáticas. Estratégicas Coordenação-Geral de Ciclos da Vida Coordenação de Saúde das Mulheres. COSMU/CGCIVI/DAPES/SAPS/MS. Nota técnica nº 13/2020;

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes para a organização da atenção integral e humanizada à mulher e ao recém-nascido no Alojamento Conjunto. Portaria Nº - 2.068, de 21 de outubro de 2016;

BRASIL, Ministério da Saúde. Controle dos cânceres do colo do útero e da mama. Cadernos de Atenção Básica, nº 13. Série A. 2. ed. Normas e Manuais Técnicos. Brasília, 2013;

REZENDE, Jorge de. Obstetrícia fundamental. 14. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2022; RICCI, Susan Scott. Enfermagem materno-neonatal e saúde da mulher. 1 ed. Editora Guanabara Koogan. Rio de Janeiro, 202;

PALHARINI, Luciana A.; FIGUEIROA, S. F. M. Gênero, história e medicalização do parto: a exposição “mulheres e práticas de saúde” Hist. Cienc. Saúde. Manguinhos, Rio de Janeiro, 2018;

MONTESCHIO, L. V. C. et. Prevalência da medicalização do trabalho de parto e parto na rede pública de saúde. Ciênc. Cuid. Saúde, 2016.